

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/04/2018

- [Pesquisa diz que Brasil é líder no ranking de violência contra a criança na AL](#)
- [Frente recebe levantamento de propostas sobre publicidade infantil em tramitação no Congresso](#)
- [Depoimento Especial surgiu por iniciativa de magistrados gaúchos](#)
- [Justiça paulista viabiliza bolsa de estudos para jovens acolhidos](#)
- [Associações americanas acusam YouTube e Google de violar lei que proíbe coleta e uso de dados de crianças](#)
- [Lar que atende crianças carentes em Olinda arrecada doações](#)

Assunto: Pesquisa diz que Brasil é líder no ranking de violência contra a criança na AL

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 09/04/2018



Uma pesquisa que avaliou a percepção da sociedade sobre a violência praticada contra as crianças e os adolescentes colocou o Brasil em primeiro lugar como o mais violento, na comparação com 13 países da América Latina. O estudo foi divulgado hoje (9), na capital paulista, pela organização social Visão Mundial.

Algumas formas de violência consideradas foram o abuso físico e psicológico, trabalho infantil, casamento precoce, a ameaça online e a violência sexual. No Brasil, 13% dos entrevistados enxergam que existe alto risco dessas práticas contra a criança no país. Em seguida, estão o México, com 11%, o Peru e a Bolívia, com 10%. As melhores percepções foram verificadas em Honduras e na Costa Rica, com 2%.

No recorte brasileiro, a pesquisa apontou que três em cada dez pessoas conhecem pessoalmente uma criança que sofreu violência. Além disso, 70% disseram sentir que a violência na infância tem aumentado nos últimos cinco anos e 83% concordam que essa violência pode ter impacto na vida adulta.

O diretor nacional da Visão Mundial, João Helder Diniz, acredita que o contexto de desigualdade nos países estudados alimenta a violência que, por sua vez, exacerba a desigualdade. O refúgio das classes mais ricas em condomínios fechados, para ele, cria um ambiente ainda mais hostil na sociedade.

“Em termos de homicídios, a América Latina responde por 25% no mundo e nós não estamos em guerra, pelo menos não declarada. Como um continente que vive uma certa estabilidade política responde por um quarto dos homicídios no mundo? ”, questionou o diretor.

Ambientes de risco

Segundo a pesquisa, o sentimento do latino-americano é de que o espaço público oferece mais risco à criança, com 52% das respostas. A casa da criança ficou em segundo lugar, com 21%, seguida por escola, 13%, transporte público, 6%, e espaços religiosos, com 3%.

Karina Lira, assessora de Proteção à Infância da Visão Mundial, disse que a percepção revelada por essa pesquisa não condiz com a realidade. “O Disque 100 aponta que a maior parte das denúncias de violência está no ambiente doméstico”, disse.

Outro dado do levantamento, cuja percepção não condiz com a realidade, segundo a assessora, é o que causa a violência. A maioria, 65%, acredita que o consumo de drogas e o alcoolismo tenham relação com a violência. O abuso cometido por pessoas que foram vítimas no passado ficou em segundo lugar, 55%. O crime organizado foi responsabilizado por 54%.

Para o estudo, foram ouvidas 6 mil pessoas, com idade acima de 16 anos. Do total, mais de 500 dos pesquisados eram brasileiros. A pesquisa de campo, feita entre março e abril de 2017, ocorreu pela internet, exceto em El Salvador, onde as pessoas foram ouvidas por telefone.

Assunto: Frente recebe levantamento de propostas sobre publicidade infantil em tramitação no Congresso

Fonte: Agência Câmara

Data: 09/04/2018



A Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa das Crianças e Adolescentes promove um café da manhã nesta quarta-feira (11) para o lançamento do “Caderno Legislativo: Publicidade Infantil”.

A publicação é elaborada pelo Instituto Alana e atualiza as proposições legislativas sobre a regulação da publicidade dirigida à criança que atualmente tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A primeira edição desse Caderno Legislativo foi lançada em 2016.

A Frente Parlamentar, que é coordenada pela deputada Maria do Rosário (PT- RS), reúne-se às 9 horas, no Salão Nobre.

Assunto: Depoimento Especial surgiu por iniciativa de magistrados gaúchos

Fonte: CNJ

Data: 09/04/2018



A forma humanizada e protegida de ouvir crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, a Lei do Depoimento Especial (Lei nº 13.431/2017) que entrou em vigor na quinta-feira (5/4), em todo o país nasceu no Rio Grande do Sul. Depois de ouvir o relato impactante de uma criança abusada sexualmente por um adolescente, em uma audiência judicial realizada na forma tradicional, o então Juiz de Direito do 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar, decidiu que algo deveria ser feito para mudar essa realidade.

Surgiu, então, a ideia de utilizar câmeras de segurança, que começavam a ser instaladas nas residências.



Desembargadores João Barcelos e José Antônio Daltoé, à época Promotor e Juiz da Infância e Juventude, são os idealizadores do Depoimento Especial

Crianças e adolescentes são ouvido em ambiente separado da sala de audiências. Equipamentos de gravação ficam em posição discreta, para não inibir as vítimas. Atuando como Promotor de Justiça no 2º JIJ da Comarca, o Desembargador João Barcelos de Souza Junior recorda que o clima do ambiente era extremamente pesado e, muitas vezes, acabava por prejudicar a coleta das provas.

"A vítima ficava no mesmo ambiente da audiência. Sofria esse embate direto das perguntas e dos filtros que, muitas vezes, eram colocados. A situação de constrangimento e de sequestrar ainda mais quem estava naquela condição era óbvia. E volta e meia o resultado que se tinha dessas audiências era nenhum, era o silêncio".

Quando o Juiz apresentou a proposta ao colega do MP, eles se uniram para dar condições à operacionalização da nova sistemática. "Colocamos os nossos recursos próprios e se buscou montar uma aparelhagem mínima para iniciarmos o projeto", explica João Barcelos.

"Na época, começavam a ser usadas as câmeras de segurança. Vi uma dessas na casa do meu cunhado, e pensei: 'Será que a gente consegue colocar som nessa imagem?' Daí surgiu a ideia", lembra o Desembargador Daltoé.

"Comprei a câmera, paguei o cabeamento até a sala de audiências. Compramos um gravador cassete. Era muito ruim. Mas era o que a gente tinha. Conseguimos casar a imagem com o som, e vimos que a coisa funcionava", relembra o magistrado.

Primeiros passos

O projeto-piloto nasceu em 2003, no 2º Juizado da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, com o nome de Depoimento sem Dano. "Conseguimos uma sala pequena, instalamos uma câmera e um microfone. Conversamos com uma Psicóloga e informamos que íamos começar a ouvir as vítimas de uma forma diferente", conta o Desembargador Daltoé.

O resultado foi surpreendente, afirma o Desembargador João Barcelos. "É impressionante o que começou a aflorar a partir do momento em que se criou este espaço. Comecei a testemunhar detalhes que eu não conhecia, realidades nuas e cruas." Mais à vontade no ambiente acolhedor, as vítimas passaram a se sentir menos pressionadas e ameaçadas: "Esse mecanismo desapareceu dos olhos da vítima. No início, alguns depoimentos, para mim, foram absolutamente chocantes", revela o Desembargador João Barcelos.

No ano seguinte, a Corregedoria-Geral da Justiça distribuiu equipamentos para os 10 Juizados Regionais da Infância e Juventude que existiam no Estado. A Assistente Social Marleci Hoffmeister, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, destaca que a exposição das vítimas ao método tradicional de inquirição provoca revitimização, o que pode gerar novo trauma.

"Crianças e adolescentes sempre foram ouvidas como adultos. Não havia nenhum diferencial no modo de tratamento desse segmento. As normas que regiam a inquirição se assemelham às do adulto. Tampouco havia a compreensão do universo infantojuvenil, seja do ponto de vista emocional ou cognitivo", afirma.

Segundo ela, a reação das vítimas ao novo método proposto sempre foi positiva. "O fato de não estarem expostas a uma sala de audiência que, por si só, já é algo intimidador e, além disso, não estarem diante do Juiz, Promotor, Advogado e acusado, contribui para a redução de dano causado frente à necessidade desta escuta no sistema de Justiça."

Vitória

Em 2017, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul instalou 45 salas de Depoimento Especial nas Comarcas gaúchas. Para este ano, a previsão é de mais 134 unidades. Quase duas décadas depois das primeiras experiências com a metodologia, o momento é de comemoração para quem deu vida ao projeto que cresceu e se tornou lei nacional: "É uma vitória. Alguns países da Europa estão atrás do Brasil nessa questão. Ainda não conseguiram tirar as crianças de dentro das salas de audiências", considera o magistrado.

O desejo, agora, do Desembargador Daltoé, é que as salas de Depoimento Especial se multipliquem, bem como as capacitações dos quadros de pessoal do Judiciário nacional.

O Desembargador João Barcelos vê que o projeto também contribuiu para o aprimoramento da coleta das provas. "É muito meritório, vejo como algo irreversível. Em termos de assédio, seria retroceder imaginar-se que isso possa deixar de existir. É um avanço que foi feito a duras

penas. É uma das melhores ferramentas criadas nos últimos 20 anos em relação a se buscar o aprimorar o processo penal e o processo de ato infracional da infância e juventude", considera.

Para a Assistente Social Marleci, a legislação é um grande avanço na implementação da ferramenta. "O Depoimento Especial oportuniza para a criança/adolescente, mais do que um direito assegurado por lei, a perspectiva de serem reconhecidos e valorizados como pessoas. Sua fala valorizada, implica o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos e aqui está o mote desta metodologia: a valorização da fala da criança/adolescente", explica.

Segundo ela, a efetivação da metodologia do Depoimento Especial se configura como um passo à frente da situação atual: "Devendo estar em constante aprimoramento, sendo este o desafio para, efetivamente, fazer a proteção."

Assunto: Justiça paulista viabiliza bolsa de estudos para jovens acolhidos

Fonte: CNJ

Data: 09/04/2018



A Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo e a Universidade Nove de Julho de São Paulo (Uninove) firmaram uma parceria para bolsas integrais em cursos de graduação a jovens acolhidos em abrigos de São Paulo.

Para formalizar a parceria, o corregedor-geral, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, recebeu em 5 de abril em seu gabinete o vice-reitor da universidade, José Storopoli, e duas alunas que já iniciaram seus cursos: Ane Caroline Claro (estudante de Enfermagem) e Steffany Santos (estudante de Pedagogia).

“Ações como esta, proporcionada pela universidade, demonstram responsabilidade social e preocupação com um futuro melhor para o nosso país, a partir da educação”, disse o corregedor.

José Storopoli afirmou ser uma honra para a Uninove participar do projeto. “A universidade foi fundada por meu avô e sempre teve a missão de formar profissionais-cidadãos. É um prazer oferecer a esses jovens uma oportunidade.”

Na ocasião, também estavam presentes o juiz assessor da Corregedoria, Iberê de Castro Dias, e a coordenadora de projetos sociais da instituição de ensino, Viviane Delgado, que trabalharam para que a parceria fosse concretizada. Inicialmente serão cinco bolsas.

“Vocês merecem essa chance. Esperamos que se dediquem e que também possam ajudar outras pessoas no futuro, num trabalho contínuo”, acrescentou Viviane, dirigindo-se às alunas. “Nosso objetivo é que crianças e adolescentes que já vivenciaram tantas dificuldades tenham oportunidade de estudar e trabalhar”, ressaltou Iberê Dias.

As alunas contaram como foram as primeiras aulas e falaram sobre a alegria de realizarem o sonho de suas vidas. “Eu escolhi Pedagogia porque lembro da emoção que senti quando aprendi a ler. Quero trabalhar com educação e poder ensinar muitas crianças”, contou Steffany Santos.

“Estou aprendendo muitas coisas novas no meu curso de Enfermagem e já penso em cursar Medicina”, falou Ane Claro. Também estavam presentes os profissionais da área de psicologia e assistência social que trabalham nos abrigos Gilberto Lopes, Max Fonseca e Amanda Andreama.

Assunto: Associações americanas acusam YouTube e Google de violar lei que proíbe coleta e uso de dados de crianças

Fonte: Portal G1

Data: 09/04/2018



Associações americanas acusaram nesta segunda-feira (9) o YouTube e sua matriz, o Google, de coletar dados pessoais de crianças e utilizá-los com fins publicitários, uma prática que consideraram ilegal.

Vinte e três organizações de defesa dos direitos digitais e de proteção da infância denunciaram as empresas à Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) e pediram uma investigação sobre tais práticas.

As associações alegam que o Google coleta informações pessoais de menores de idade no YouTube, um site proibido para menores de 13 anos, como:

- localização;
- aparelho usado para conexão e;
- números de telefones celulares "sem informar previamente os pais".

As informações são utilizadas com "fins publicitários entre as crianças na internet".

"Há anos, o Google abandonou suas responsabilidades a respeito das crianças e suas famílias, afirmando de maneira enganosa que o YouTube -- um site inundado de desenhos animados, canções infantis e publicidade de brinquedos -- não está habilitado aos menores de 13 anos", afirma em um comunicado Josh Golin, da Campanha por uma Infância sem Publicidade, uma das organizações denunciadas.

"Google obtém lucros gigantescos com a publicidade para crianças e deve respeitar a COPPA [lei de proteção da vida privada das crianças na Internet]", destaca Golin.

Segundo as associações, as práticas do Google violam a lei de 1998, que "proíbe um site destinado a crianças e que saiba o que as crianças utilizam de coletar ou utilizar informações sem o acordo prévio dos pais".

Um porta-voz do Google que a empresa ainda não teve acesso à denúncia, mas que "proteger as crianças e suas famílias é uma prioridade" do grupo.

"Como o YouTube não é voltado para crianças, fizemos grandes investimentos para criar o aplicativo YouTube Kids, uma alternativa especialmente destinada às crianças" disse o porta-voz.

A desconfiança do público é cada vez maior a respeito da gestão dos dados pessoais dos usuários por parte de grandes empresas de internet como o Facebook, envolvido atualmente em um escândalo relacionado com esta questão.

Assunto: Lar que atende crianças carentes em Olinda arrecada doações

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 09/04/2018

jornal do commercio

O Lar Ceci Costa, prestes a completar 80 anos, está promovendo campanha para manter atividades após estrutura do local desabar e ficar comprometida

Prestes a completar 80 anos, o Instituto Espírita Allan Kardec e Lar Ceci Costa, no bairro de Salgadinho, em Olinda, promove campanha para manter as atividades. Há duas semanas, parte do teto do local onde funcionam a cozinha e o refeitório cedeu. Com isso, o trabalho desenvolvido com 150 crianças e adolescentes está prejudicado. “Recebemos as crianças pela manhã e à tarde, sempre no contraturno escolar”, explicou o presidente da instituição, Valmir Costa.

O público atendido vai dos 6 aos 14 anos. Além de alimentação, é oferecido reforço escolar, ações de incentivo à leitura e de saúde, atividades artísticas e culturais entre outras. “Antes, o lar funcionava como creche, mas com as mudanças do Estatuto da Criança e Adolescente, adequamos a atuação. O mais importante é valorizarmos o vínculo familiar e mantermos o complemento de vida social de que eles precisam”, reforçou o presidente.

O trabalho agrega toda a comunidade. Glaucileide Keyla é mãe de cinco filhos. Dois deles, de 7 e 11 anos, são atendidos pela casa. “Minha filha já tem 16 anos e os outros dois ainda não completaram 6, mas assim que chegarem a essa idade, virão também para o lar. Aqui eu recebo muito apoio, com refeições, ajuda para eles fazerem as tarefas da escola, atendimento dentário, oficina de música. É importante o trabalho da casa. Tanto que há três anos virei voluntária, venho toda sexta-feira, ajudar na faxina”, conta. Mônica Araújo, que também têm dois filhos atendidos pela instituição e ajuda a amiga no trabalho voluntário, concorda. “O Lar Ceci Costa foi a melhor coisa que aconteceu na comunidade. As crianças não ficam nas ruas e aprendem muitas coisas”, diz.

O lar foi fundado em 22 de abril de 1938, pelo professor José de Barros Lins. Natural de Alagoas, ele ficou órfão muito cedo e tinha como objetivo criar uma instituição que atendesse crianças em situação de vulnerabilidade social. O trabalho filantrópico iniciou com uma pequena escola, onde dava aulas de alfabetização gratuita para crianças.

Serviço

Doações podem ser feitas em depósito na Caixa Econômica Federal, agência 0048, operação 003, conta-corrente 023912-3. A unidade fica na Avenida Professor Andrade Bezerra, 826, em Olinda. Mais informações (81) 3241-0195.